# CORREIO DE PERNAMBUCO

**JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE**

**Ano: I • Edição: 59 • Sábado, 24 de Outubro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos**


# Eleições 2026: ônibus, metrô e linhas intermunicipais terão gratuidade em Pernambuco; veja horários e orientações para votar

TRANSPORTE FACILITADO PARA UMA DEMOCRACIA MAIS FORTE




**PAINEL CORREIO POLÍTICO - PÁG. 2**

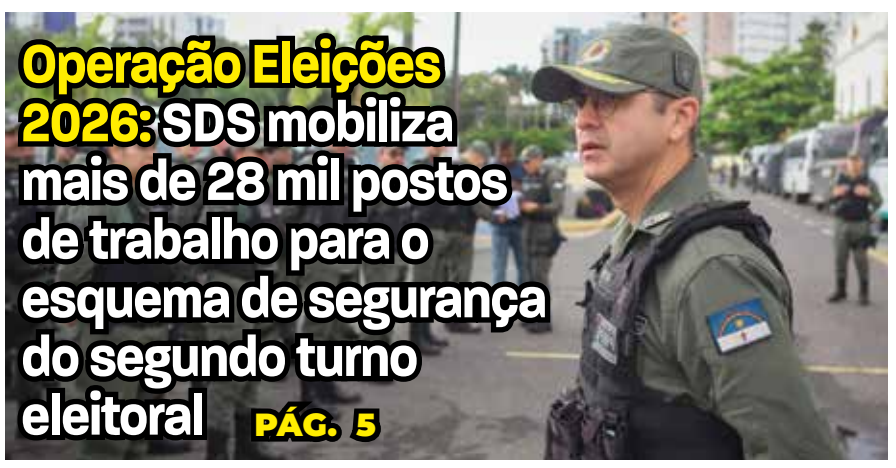


**ANTÔNIO CAMPOS**
ADVOGADO

***Servidão Financeira e a Necessidade de Reestruturar a Dívida Pública sem Calote*** PÁG. 4




## Acordo do TCU sobre ferrovias não garante Transnordestina até Suape PÁG 5




## Pernambuco tem o 2º maior crescimento econômico do Brasil e lidera o Nordeste em 2026 PÁG. 4






## Crédito perde força no Brasil, enquanto famílias recorrem ao rotativo do cartão para fechar as contas PÁG 2

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

# Pesquisas apontam empate. Agora é contar os votos

Faltando horas para o segundo turno da eleição presidencial, a disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) chega à reta final marcada pelo equilíbrio nas pesquisas e pela ausência de uma vantagem estatisticamente consolidada. Os levantamentos mais recentes mostram diferenças pequenas, com resultados que variam entre empate numérico e vantagem de um dos candidatos dentro da margem de erro.

A pesquisa Datafolha divulgada em 22 de outubro colocou os dois candidatos com 50% dos votos válidos para cada um. Nos votos totais, Flávio apareceu com 47%, contra 46% de Lula, além de 5% de brancos e nulos e 2% de indecisos. O levantamento ouviu 2.520 eleitores entre os dias 20 e 22 de outubro e tem margem de erro de dois pontos percentuais.

O cenário resume o momento eleitoral: a diferença entre os candidatos é pequena o suficiente para que não seja possível transformar os números das pesquisas em uma previsão segura do resultado.

## EMPATE NAS PESQUISAS, REJEIÇÃO ELEVADA E VOTO CONSOLIDADO

O equilíbrio aparece também em outros levantamentos, embora nem todos apresentem empate numérico. Na pesquisa Quaest, realizada entre 17 e 20 de outubro, Flávio registrou 45% das intenções de voto, contra 44% de Lula. No cálculo dos votos válidos, a diferença também ficou próxima: 50,56% para Flávio e 49,44% para Lula, segundo os percentuais recalculados pelo Poder360.

Na pesquisa BTG Pactual/Nexus, divulgada em 19 de outubro, Flávio tinha 50,3% dos votos válidos, contra 49,7% de Lula. A diferença de apenas 0,6 ponto percentual ficou dentro da margem de erro de dois pontos.

Os resultados demonstram que não há uma única fotografia compartilhada por todos os institutos. Embora Flávio apareça numericamente à frente em vários levantamentos recentes, as diferenças são pequenas em boa parte deles e precisam ser avaliadas à luz das respectivas margens de erro.

## REJEIÇÃO: OUTRO INDICADOR DA DISPUTA

A rejeição também permanece elevada. Na pesquisa Datafolha divulgada em 22 de outubro, 46% disseram que não votariam em Flávio Bolsonaro de jeito nenhum, enquanto 45% afirmaram o mesmo sobre Lula. Outros 3% rejeitam os dois candidatos e 6% disseram não rejeitar nenhum deles.

O quadro mostra que os dois candidatos enfrentam resistências expressivas. Em um segundo turno polarizado, a rejeição é um indicador relevante para compreender o ambiente eleitoral, mas não determina, isoladamente, como cada eleitor votará.

O Datafolha também apontou que 94% dos entrevistados já consideravam sua escolha definida, enquanto 6% admitiam a possibilidade de mudar de candidato. Isso indica que, na reta final, o eleitorado está majoritariamente decidido, embora ainda exista uma parcela suscetível a mudanças




## AGORA É CONTAR OS VOTOS

A eleição presidencial de 2026 chega ao segundo turno com uma disputa marcada pela polarização, pela proximidade entre os candidatos em diversos levantamentos e por índices elevados de rejeição. As pesquisas ajudam a compreender o cenário, mas não substituem o resultado oficial. No domingo, 25 de outubro, a definição dependerá dos votos depositados nas urnas e da totalização realizada pela Justiça Eleitoral. A diferença final poderá ser maior ou menor do que as pesquisas sugerem.

Quando os números apontam empate ou empate técnico, a conclusão precisa ser proporcional à evidência: a disputa está aberta, e o resultado só será conhecido com a apuração oficial. Até lá, percentuais de intenção de voto não devem ser tratados como votos efetivamente contabilizados.

É o momento em que a campanha termina e a urna dá a resposta.

# Crédito perde força no Brasil, enquanto famílias recorrem ao rotativo do cartão para fechar as contas

A expansão do crédito no Brasil começa a perder ritmo, enquanto o orçamento das famílias continua pressionado pelo endividamento e pelo custo elevado dos empréstimos. A desaceleração ocorre em um cenário de juros altos, aumento da inadimplência e maior preocupação com o uso de modalidades de crédito mais caras, como o rotativo do cartão de crédito.

Uma prévia divulgada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em 22 de outubro, indica que a carteira de crédito do sistema financeiro deve crescer 0,3% em setembro. Com isso, a expansão acumulada em 12 meses deve cair de 9,2%, registrada em agosto, para 8,3%. Os recursos destinados às famílias devem apresentar avanço mensal de apenas 0,1%, segundo a estimativa baseada em informações dos principais bancos do país.

O levantamento também aponta que o crédito às empresas deve crescer 0,7% em setembro. No caso das famílias, o desempenho mais fraco reflete a perda de ritmo de diferentes modalidades de financiamento, embora o crédito rotativo continue contribuindo para a expansão das operações com recursos livres.

A pesquisa da Febraban funciona como uma prévia dos dados oficiais do Banco Central, cuja divulgação estava prevista para 29 de outubro. Portanto, os números de setembro ainda eram estimativas no momento da publicação do levantamento.

## ROTATIVO CONCENTRA ]PREOCUPAÇÃO

O uso do rotativo do cartão de crédito preocupa porque essa modalidade está entre as mais caras do sistema financeiro. Ela é acionada quando o consumidor não paga integralmente a fatura e deixa parte do valor em aberto, sujeita à cobrança de juros e encargos.




Dados do Banco Central referentes a agosto mostram que a taxa média de juros do rotativo chegou a 444,9% ao ano. No cartão parcelado, a taxa avançou para 192,1% ao ano. Os números ajudam a dimensionar o custo de manter dívidas no cartão por períodos prolongados.

A dificuldade de pagamento também aparece nos indicadores de inadimplência. Em agosto, a taxa de inadimplência das operações de crédito para pessoas físicas chegou a 6%, enquanto o endividamento das famílias com o sistema financeiro alcançou 49,9% da renda disponível, segundo dados do Banco Central.

Esse cenário reduz a margem disponível no orçamento doméstico para despesas essenciais e aumenta o risco de que consumidores recorram a novos empréstimos para pagar dívidas anteriores. Quando isso ocorre, o custo financeiro pode crescer e dificultar a reorganização das contas.

## JUROS ALTOS AFETAM A OFERTA DE CRÉDITO

A desaceleração ocorre em meio à política monetária restritiva, que mantém o custo do dinheiro elevado. Nesse ambiente, instituições financeiras tendem a avaliar com maior rigor o risco de inadimplência, enquanto consumidores encontram condições menos favoráveis para contratar empréstimos. A Febraban estima que as concessões de crédito, que correspondem aos novos empréstimos concedidos, devem recuar 3,2% em setembro na comparação com agosto. Em relação a setembro de 2025, porém, a previsão é de crescimento de 5,6%.

O desempenho indica que o crédito continua sendo concedido, mas em ritmo menos intenso. A desaceleração é mais um sinal de atenção para a atividade econômica, já que empréstimos e financiamentos influenciam o consumo das famílias e os investimentos das empresas.

O desafio é conciliar a oferta de crédito com a capacidade de pagamento dos consumidores. Para as famílias que já comprometem uma parcela elevada da renda com dívidas, a combinação de juros altos e menor disponibilidade financeira pode prolongar as dificuldades para equilibrar o orçamento.


## EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

**PRESIDÊNCIA**
*Antônio Ricardo Accioly Campos* - camposad@camposadvogados.com.br

**EDITOR-CHEFE**
*Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE* - dyogobastos.imprensa@gmail.com

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**
*Real Digital Publisher Ltda* - realdigitalpublisher@gmail.com

**EDIÇÃO GERAL**
*Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros*
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:**
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

**ESTAMOS ONLINE:**
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br


Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

# Eleições 2026: ônibus, metrô e linhas intermunicipais terão gratuidade em Pernambuco; veja horários e orientações para votar

O segundo turno das Eleições 2026, marcado para este domingo (25), contará com transporte público gratuito em Pernambuco, reforço na logística de segurança e mudanças no trânsito para facilitar o deslocamento dos eleitores. A votação será realizada das 8h às 17h, pelo horário de Brasília, e no estado os eleitores escolherão apenas o presidente da República.




## TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO

Na Região Metropolitana do Recife, os ônibus terão passe livre das 4h às 19h30. O metrô também será gratuito, com funcionamento das 5h às 23h nas linhas Centro e Sul.

A gratuidade nos ônibus urbanos também será oferecida em Caruaru, no Agreste, e Petrolina, no Sertão, conforme os horários de funcionamento dos sistemas municipais de transporte.

No transporte intermunicipal, as linhas administradas pela Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI) terão passagens gratuitas de ida e volta para eleitores que precisarem viajar até o município onde votam.

Na Zona da Mata e no Agreste, o benefício será válido no domingo (25). No Sertão, as viagens de ida poderão ocorrer a partir das 18h do sábado (24), com retorno até as 21h do domingo.

Para ter acesso às passagens, é necessário procurar a empresa responsável pela linha nos dias 23, 24 ou 25 de outubro e apresentar documento de identificação e título eleitoral que comprove o local de votação no município de destino. Na volta, será exigido também o comprovante de votação. A disponibilidade está sujeita à quantidade de assentos oferecidos pelas empresas.

Além das linhas regulares, a Justiça Eleitoral organizou 4.382 rotas terrestres e fluviais para atender eleitores do interior, principalmente moradores da zona rural e de comunidades mais distantes dos locais de votação.

## SEGURANÇA REFORÇADA EM TODO O ESTADO

A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE) mobilizará 12.497 profissionais de segurança pública no domingo (25), dentro de uma operação que prevê 28.227 lançamentos de efetivo entre quinta-feira (22) e segunda-feira (26). O investimento anunciado é de aproximadamente R$ 5,4 milhões.

O esquema reúne Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica e outros órgãos. O policiamento será reforçado nos locais de votação, nas principais rodovias, estradas e terminais de transporte, além do acompanhamento de ocorrências e da prevenção de crimes eleitorais.

O monitoramento será realizado por centros integrados de comando e controle, com atuação também durante a apuração e as comemorações após a divulgação dos resultados.

## LOMBADAS ELETRÔNICAS SERÃO DESLIGADAS NA BR-232

As lombadas eletrônicas instaladas na BR-232, no trecho entre o Recife e o entroncamento com a BR-104, em Caruaru, serão desligadas temporariamente das 5h do sábado (24) às 5h da segunda-feira (26).

Segundo o Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco (DER-PE), a medida busca facilitar a circulação de veículos durante o período eleitoral. Painéis de mensagens variáveis serão utilizados para orientar os motoristas.

O desligamento dos equipamentos não suspende os limites de velocidade. Os condutores devem respeitar a sinalização, manter distância segura dos demais veículos e evitar ultrapassagens perigosas.

## HORÁRIO DE VOTAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

A votação será realizada das 8h às 17h, pelo horário de Brasília. Os portões dos locais de votação serão fechados às 17h, mas quem já estiver na fila receberá uma ficha para garantir o direito de votar.

Em Pernambuco, o eleitor votará apenas para presidente da República. Quem não compareceu ao primeiro turno poderá votar normalmente no segundo, desde que esteja com a inscrição eleitoral regular. Para votar, é necessário apresentar um documento oficial com foto. São aceitos RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de trabalho física, certificado de reservista e carteira profissional reconhecida por lei.

O e-Título também pode ser utilizado como documento de identificação, desde que tenha a fotografia do eleitor. Quem não possui foto no aplicativo deverá apresentar outro documento oficial com foto. O título eleitoral impresso não é obrigatório quando o eleitor dispõe de documento válido para identificação.

## COMO CONSULTAR O LOCAL DE VOTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) recomenda que os eleitores verifiquem antecipadamente o local de votação, a zona e a seção eleitoral para evitar imprevistos.

A consulta pode ser feita pelo aplicativo e-Título, disponível para celulares Android e iOS, na opção "Onde votar", ou pelo atendimento da Justiça Eleitoral.

* Disque Eleitor: (81) 3194-9400.

* WhatsApp do TRE-PE: (81) 3194-9400, com atendimento automatizado da assistente virtual Júlia durante 24 horas.

* Atendimento telefônico com atendente: das 7h30 às 17h30 no domingo da eleição.

* Site oficial: [Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco: www.tre-pe.jus.br/

O local de votação permanece, em regra, o mesmo do primeiro turno, mas houve alterações pontuais em algumas seções. Por isso, a recomendação é confirmar os dados antes de sair de casa.

## SERVIÇO: O QUE O ELEITOR PRECISA SABER

| SERVIÇO | FUNCIONAMENTO NO DOMINGO (25) |
|---|---|
| Votação | das 8h às 17h |
| Ônibus na Região Metropolitana do Recife | Gratuitos, das 4h às 19h30 |
| Metrô do Recife | Gratuito, das 5h às 23h |
| Ônibus urbanos em Caruaru e Petrolina | Gratuitos, conforme os horários das linhas |

**ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS**

**Gratuidade de ida e volta, conforme as regras e a disponibilidade**
**Disque Eleitor: (81) 3194-9400, das 7h30 às 17h30**
**Lombadas eletrônicas da BR-232**
**Desligadas das 5h de sábado às 5h de segunda-feira**

**A orientação dos órgãos responsáveis é que os eleitores planejem o deslocamento, confiram a documentação e o local de votação e respeitem as normas de trânsito para exercer o direito ao voto com tranquilidade.**

# Pernambuco tem o 2º maior crescimento econômico do Brasil e lidera o Nordeste em 2026

***Índice calculado pelo Banco Central registra alta de 4,85% entre janeiro e agosto, mais de três vezes o crescimento nacional***

Pernambuco tem o segundo maior crescimento da atividade econômica do Brasil e lidera o Nordeste em 2026. É o que aponta o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-PE), calculado pelo Banco Central, que registrou expansão de 4,85% no Estado entre janeiro e agosto, na comparação com o mesmo período de 2025. O resultado supera em mais de três vezes o avanço nacional, de 1,55%, e fica atrás apenas do Rio de Janeiro, que cresceu 4,98%.

"Pernambuco mostra a cada mês que voltou à liderança do Nordeste para ficar, com um crescimento sustentável. O índice do Banco Central tem medido mês a mês o nosso crescimento e mostrado que o Estado é o que mais cresce no Brasil, com taxas acima do que é registrado pelo país. Pernambuco está colhendo os resultados da nossa política de atração de investimentos, geração de emprego e melhoria do ambiente de negócios. O empreendedor reconhece que é rentável investir aqui, e o trabalhador sabe que conta com mais oportunidades de trabalho", destacou a governadora Raquel Lyra.

A indústria e o comércio estão entre os principais destaques do desempenho econômico. No acumulado do ano, a produção industrial cresceu 13,9%, o segundo maior avanço do país. O comércio varejista registrou alta de 10% no segmento restrito e de 8,8% no ampliado, os maiores crescimentos nacionais nessas categorias. No acumulado dos 12 meses encerrados em agosto, Pernambuco apresentou expansão de 3,77%, o terceiro maior resultado do Brasil e o maior do Nordeste.

Para a secretária de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Danielle Jar Souto, os números reforçam a importância de fortalecer a economia estadual e ampliar as oportunidades de negócios. "Os números mostram a força da economia pernambucana e a capacidade do Estado de atrair investimentos,



impulsionar setores estratégicos e gerar oportunidades. Estar entre os estados com maior crescimento econômico do país, liderando o Nordeste, é um resultado importante e reforça nosso compromisso de criar um ambiente cada vez mais favorável aos negócios, à geração de empregos e ao desenvolvimento de Pernambuco", afirmou.

O mercado de trabalho também apresentou resultados expressivos. Segundo o Novo Caged, Pernambuco gerou 13.428 empregos formais em agosto, o maior saldo do Nordeste e o terceiro maior do país. Desse total, 5.050 vagas estavam ligadas à cadeia sucroenergética.

Outro indicador positivo foi a abertura de empresas. De acordo com a Receita Federal, o Estado registrou 14.634 novas empresas em agosto, crescimento de 18,6% em relação ao mesmo mês de 2025. Pernambuco soma 807,4 mil empresas ativas, a segunda maior quantidade do Nordeste.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

*ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.*

# SERVIDÃO FINANCEIRA E A NECESSIDADE DE REESTRUTURAR A DÍVIDA PÚBLICA SEM CALOTE

Existe servidão financeira quando um país passa a comprometer parcela excessiva de sua riqueza com os encargos da dívida pública, restringindo sua capacidade de investir em saúde, educação, segurança, infraestrutura e desenvolvimento. Essa é uma das mais graves contradições do Brasil contemporâneo: uma nação de extraordinárias potencialidades econômicas, mas aprisionada por um sistema de endividamento cujo custo cresce em velocidade preocupante

Os números de 2026 são alarmantes. Segundo os dados do Banco Central referentes a agosto, a dívida bruta do Governo Geral alcançou R$ 11,1 trilhões, equivalentes a 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB). A dívida líquida do setor público chegou a R$ 9,2 trilhões, ou 69,3% do PIB. Mais grave ainda: os juros nominais acumulados em doze meses atingiram R$ 1,182 trilhão, aproximadamente 8,86% do PIB.

São números que exigem reflexão nacional. O Brasil está consumindo recursos extraordinários para sustentar o próprio endividamento, enquanto persistem carências estruturais que comprometem sua competitividade e a qualidade de vida da população.

A taxa Selic, que chegou a 15% em 2025 e permaneceu em torno de 14% durante parte de 2026, encontra-se em 13,75% ao ano. Continua elevada, com consequências para o custo da dívida, o financiamento das empresas, o crédito às famílias e os investimentos produtivos. O problema não se limita ao endividamento interno. Há também a dimensão externa, com estimativas de dívida externa bruta brasileira da ordem de US$ 651 bilhões, abrangendo obrigações de diferentes setores da economia. É importante distinguir essa dívida externa total da dívida soberana do Governo Federal, mas ambas integram o cenário de vulnerabilidades que exige acompanhamento permanente. Em artigo publicado na Folha de Pernambuco, em 21 de outubro de 2026, sob o título "A desorientada Dívida Pública Brasileira: por que ela cresce tanto e como não enfrentá-la", o consultor empresarial Paulo Roberto Cannizzaro apresenta reflexão sobre a questão.

Cannizzaro destaca que o crescimento da dívida não pode ser atribuído exclusivamente ao déficit fiscal primário. O custo dos juros possui papel decisivo no agravamento do problema. Segundo sua análise, a dinâmica dos encargos financeiros explica parcela expressiva da expansão recente do endividamento, alimentando o chamado efeito bola de neve.

**ESSA CONSTATAÇÃO MERECE ATENÇÃO ESPECIAL.**

Enquanto o debate político brasileiro frequentemente se concentra na contenção de despesas sociais, na criação de tributos e na disputa por receitas adicionais, o crescimento dos encargos financeiros permanece insuficientemente enfrentado. Não se trata de negar a importância do equilíbrio fiscal. Um Estado que gasta sem planejamento também compromete as gerações futuras. Trata-se, porém, de compreender que responsabilidade fiscal não pode significar apenas controlar despesas primárias, ignorando o custo estrutural da dívida pública.

É necessário enfrentar simultaneamente os dois lados do problema: a qualidade e a sustentabilidade do gasto público e a racionalidade financeira do endividamento. Cannizzaro identifica duas grandes correntes de pensamento econômico. A primeira enfatiza a disciplina fiscal, o cumprimento das metas, a reforma administrativa e a previsibilidade das contas públicas. A segunda atribui maior importância à política monetária, ao custo dos juros e aos efeitos negativos de ajustes excessivos sobre o crescimento econômico. É indispensável combinar disciplina fiscal, eficiência administrativa, combate a desperdícios, política monetária responsável e uma estratégia nacional de gerenciamento da dívida. Não haverá solução duradoura apenas com aumento de impostos. Tampouco haverá solução com cortes indiscriminados em saúde, educação, ciência, cultura e infraestrutura. O país necessita de crescimento econômico, produtividade, segurança jurídica e juros compatíveis com uma trajetória sustentável das contas públicas. A primeira medida deveria ser uma ampla auditoria do sistema da dívida pública brasileira, com independência técnica, transparência e participação institucional. A participação da área




técnica do TCU é muito importante. Não se trata de questionar indiscriminadamente obrigações legítimas. Trata-se de conhecer, com profundidade, a origem, a composição, os encargos, os beneficiários, os prazos, os mecanismos de refinanciamento e os custos efetivos do sistema. O Tribunal de Contas da União, o Congresso Nacional, o Banco Central, o Tesouro Nacional e especialistas independentes deveriam participar, respeitadas as respectivas competências institucionais, dessa avaliação abrangente. A sociedade brasileira tem o direito de saber quanto custa financiar o Estado, por que a dívida cresce tanto e quais alternativas existem para reduzir os encargos sem comprometer a credibilidade do país. A auditoria não deve ser confundida com moratória, suspensão de pagamentos ou ruptura contratual. Ao contrário, poderá fortalecer a confiança pública e a transparência fiscal. A segunda medida é promover uma reestruturação responsável do perfil da dívida pública, sem calote. Reestruturar não significa necessariamente deixar de pagar. Pode significar alongar vencimentos, reduzir riscos de refinanciamento, aperfeiçoar a composição dos títulos, diminuir gradualmente a exposição a juros elevados e estabelecer condições mais favoráveis para a sustentabilidade fiscal. Tudo isso deve ocorrer por mecanismos legais, transparentes e, quando necessário, voluntários e negociados, preservando contratos, direitos dos credores e a credibilidade do Tesouro Nacional. Experiências internacionais demonstram que a gestão responsável do endividamento exige planejamento de longo prazo. Os casos de Portugal, Irlanda, Grécia e Equador, embora distintos entre si, oferecem lições sobre auditoria, renegociação, ajustes fiscais e os riscos de crises de confiança.

O Brasil deve aprender com essas experiências, sem reproduzir seus erros.

A terceira medida envolve uma agenda efetiva de reformas estruturais. É necessário modernizar a administração pública, combater fraudes previdenciárias, rever privilégios e distorções, melhorar a eficiência dos investimentos estatais e estabelecer um planejamento fiscal plurianual consistente. A política monetária também precisa ser debatida com maior profundidade. O combate à inflação é indispensável, especialmente para proteger os mais pobres. Contudo, juros persistentemente elevados têm custos sociais e fiscais relevantes, que não podem permanecer fora do centro das decisões nacionais. As projeções para a próxima década acentuam a gravidade do desafio. Conforme registra Cannizzaro, cenários de diferentes instituições apontam trajetórias bastante divergentes para a dívida pública até 2035, algumas próximas de 88% do PIB, outras chegando a 117,7%. Independentemente das diferenças metodológicas, os cenários evidenciam a necessidade de respostas estruturais. O problema é também político. Não bastam promessas genéricas de responsabilidade fiscal ou de ampliação de programas governamentais. É necessário demonstrar como financiar o Estado, administrar seus passivos e recuperar a capacidade de investimento sem transferir indefinidamente a conta às próximas gerações. O Governo Lula 3 chega ao final de seu mandato sem ter resolvido esse problema estrutural. A responsabilidade, contudo, não é exclusiva de um governo. O endividamento brasileiro resulta de políticas acumuladas ao longo de décadas, de decisões fiscais e monetárias, de deficiências institucionais e de dificuldades históricas para construir um projeto consistente de desenvolvimento.

**O PRÓXIMO GOVERNO, A PARTIR DE 2027, HERDARÁ UM DESAFIO DE ENORMES PROPORÇÕES.**

Adiar o enfrentamento da dívida significa ampliar o risco de ajustes mais dolorosos no futuro. A omissão de hoje pode produzir a crise de amanhã. É por isso que defendo uma política nacional de auditoria, transparência e reestruturação responsável do endividamento público brasileiro, acompanhada de reformas administrativas, fiscais e de medidas de estímulo à economia produtiva.

O Brasil precisa deixar de tratar a dívida como assunto exclusivo de economistas, banqueiros e autoridades monetárias. Trata-se de tema que envolve soberania, democracia, justiça social e o futuro do desenvolvimento nacional.

A dívida pública deve servir ao financiamento do Estado e ao desenvolvimento do país, e não transformar o Estado em instrumento permanentemente subordinado à sua própria dívida. Não defendo calote, ruptura contratual ou aventuras econômicas. Defendo uma revisão responsável dos mecanismos de endividamento, capaz de conciliar segurança jurídica, sustentabilidade fiscal e justiça social.

A dívida deve ser administrada com inteligência, não convertida em uma forma permanente de servidão financeira.

É hora de enfrentar o dragão da dívida com firmeza, serenidade e coragem. O Brasil não pode continuar tratando uma enfermidade estrutural de tamanha gravidade com medidas paliativas, como se bastasse administrar os sintomas enquanto a doença avança. Auditar, reformar e reestruturar sem calote: esse deve ser um compromisso nacional para 2027 e para as próximas gerações.

# Eleições 2026: 12 seções eleitorais mudam de endereço em Pernambuco; veja onde votar

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) atualizou a lista de mudanças nos locais de votação para o segundo turno das eleições, marcado para domingo (25). Com a inclusão de quatro seções em Limoeiro, no Agreste, o número de seções eleitorais transferidas subiu para 12, distribuídas em quatro municípios. Ao todo, as alterações afetam 4.120 eleitores no estado.




A mudança em Limoeiro foi motivada por problemas estruturais identificados no prédio da Gerência Regional de Educação (GRE), onde as seções funcionaram no primeiro turno. Os eleitores das seções 111, 115, 118 e 121 deverão votar no Colégio Santa Mônica, localizado na Avenida Jerônimo Heráclio, número 246, no Centro. O novo endereço fica ao lado do prédio anterior e atenderá 1.206 pessoas.

Além de Limoeiro, as alterações envolvem Buíque e Tacaimbó, no Agreste, e Floresta, no Sertão. Segundo o TRE-PE, as mudanças buscam garantir melhores condições para a realização da votação e, em alguns casos, atendem a solicitações de

**CONFIRA OS NOVOS LOCAIS DE VOTAÇÃO**

Em Buíque, as seções 005 e 006, que funcionaram na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Avenida Jonas Campelo de Almeida, número 40, retornarão à Câmara Municipal de Buíque, na Rua Doutor João Hiecenio Alves Maciel, número 111. O novo local fica a cerca de 150 metros do endereço utilizado no primeiro turno. A alteração afeta 756 eleitores.

Em Floresta, quatro seções, 068, 091, 121 e 123, deixarão a Unidade Básica de Saúde Dr. Cantidiano Valgueiro de Carvalho, na Avenida Antônio de Souza Jota, número 1. A votação será realizada na Creche Municipal Professora Nair Diniz Ferraz, situada na Rua Adalberto Emílio Novaes, sem número, no mesmo bairro. A mudança envolve 1.568 eleitores.

Já em Tacaimbó, as seções 107 e 112, que funcionaram na Escola Manoel Martins de Lima, na Vila Igrejinha, zona rural do município, serão transferidas para a Escola Maria Luíza Pereira, na Rua Velha, número 13, no Centro. A alteração foi necessária por causa de uma reforma na unidade escolar e afeta 590 eleitores. Para facilitar o deslocamento, será disponibilizado transporte até o novo local de votação.

**COMO CONSULTAR O LOCAL DE VOTAÇÃO**

O TRE-PE orienta os eleitores a verificar o endereço da seção antes de sair de casa. Nos demais locais de votação do estado, os endereços permanecem os mesmos utilizados no primeiro turno, realizado em 4 de outubro.

A consulta pode ser feita pelo aplicativo e-Título, disponível para celulares Android e iOS, ou pelo Autoatendimento Eleitoral, no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os eleitores também podem buscar informações pelo WhatsApp, no número (81) 3194-9400, com atendimento virtual 24 horas, ou pelo Disque Eleitor, no mesmo telefone, com atendimento telefônico nos dias úteis, das 8h às 17h.

Para divulgar as alterações, os cartórios eleitorais estão instalando avisos nos prédios utilizados anteriormente e promovendo a divulgação dos novos endereços em emissoras de rádio e carros de som.

O segundo turno das eleições de 2026 será realizado neste domingo (25), das 8h às 17h, no horário de Brasília.

# Operação Eleições 2026: SDS mobiliza mais de 28 mil postos de trabalho para o esquema de segurança do segundo turno eleitoral

**Planejamento prevê atuação integrada das forças policiais desde a quinta-feira (22), passando pelo domingo da votação e as festas da vitória**



A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS) iniciou, nesta quinta-feira (22), a segunda fase da Operação Eleições 2026, voltada ao segundo turno do pleito. A ação segue até a próxima segunda-feira (26) e prevê 28.227 lançamentos de efetivo ao longo do período, com investimento de R$ 5.395.680,00. Somente no domingo (25), dia da votação, 12.497 profissionais da segurança pública serão mobilizados.

O monitoramento está sendo realizado a partir do Centro Integrado de Comando e Controle Estadual (CICCE) e dos centros vinculados às Diretorias Integradas do Interior (DINTERs I e II), com funcionamento contínuo previsto das 7h do dia 22 às 7h do dia 26 de outubro. As estruturas permitem acompanhar as ocorrências e apoiar a articulação das equipes mobilizadas durante o período eleitoral.

"A segurança do segundo turno foi planejada de forma integrada para garantir que o pernambucano possa exercer o direito ao voto com tranquilidade. Reunimos Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Polícia Científica, Defesa Civil e os órgãos parceiros, como o TRE, a Polícia Federal, a PRF e a ABIN, em uma operação que começa já nesta quinta-feira (22) e só termina após as festas da vitória, quando também manteremos o policiamento reforçado. Nosso compromisso é com uma eleição pacífica em todo o Estado, não somente na RMR como do Litoral ao Sertão. Pedimos à população que vote com consciência e tranquilidade e que, diante de qualquer ocorrência, acione imediatamente as forças de segurança pelo 190", declarou a secretária de Defesa Social, em exercício, Mariana Cavalcanti.

O planejamento da Polícia Militar de Pernambuco prevê 26.408 diárias para o emprego de profissionais da segurança pública e contempla o reforço da segurança nos locais de votação. Também será realizada a escolta de materiais importantes para as eleições, policiamento em rodovias, estradas e terminais, ações de prevenção à crimes eleitorais e ao acompanhamento das festas após a divulgação dos resultados. Para o dia da eleição estarão mobilizados 10.954 militares, com operações de saturação em áreas da Região Metropolitana do Recife, reforço nas principais rodovias, estradas e terminais e atuação de grupos específicos para prevenção e resposta a crimes eleitorais. Também haverá equipes de ligação com os juízes eleitorais, distribuídas pelas zonas eleitorais pernambucanas, para facilitar a comunicação e o encaminhamento de demandas durante o pleito.

A Polícia Civil de Pernambuco conta com 1.289 postos de trabalho no planejamento para o segundo turno. Entre os dias 22 e 25 de outubro, equipes de coordenação atuam nos Centros Integrados do Recife, Caruaru e Serra Talhada. No domingo (25), haverá atendimento nas circunscrições policiais, unidades especializadas e estruturas de apoio, com todas as delegacias das áreas das DINTERs I e II abertas e os plantões ordinários da Capital e da Região Metropolitana ativados.

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) emprega 320 postos de trabalho entre os dias 22 e 26 de outubro. A atuação seguirá as necessidades operacionais do período, com foco nas atividades de resposta a emergências e atendimento à população.

As equipes da Polícia Científica reforçam o atendimento no Instituto de Criminalística (IC), no Instituto de Medicina Legal (IML), nas Unidades Regionais de Polícia Científica (URPOCs) e nos Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs), além de equipes de drones em atuação conjunta com o Grupamento Tático Aéreo (GTA), que conta com aeronaves e equipes em terra.

A Corregedoria e a Ouvidoria da SDS estão atuando em ações de fiscalizações, trâmite de diligências e atendimento ao público. As equipes da Defesa Civil de Pernambuco estão a postos nos CICC's do Recife, Caruaru e Serra Talhada, abrangendo todo o Estado. A Operação contempla também o policiamento das festas da vitória, sobretudo nos momentos após a definição eleitoral e no dia seguinte à votação, com equipes previstas para atuar no Recife, em Caruaru e em Petrolina, além do reforço nas principais vias e nos terminais conforme a necessidade operacional identificada

# Acordo do TCU sobre ferrovias não garante Transnordestina até Suape




A autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) para a assinatura de um acordo envolvendo a devolução de cerca de 3 mil quilômetros de ferrovias inoperantes da Malha Nordeste reacendeu o debate sobre o futuro da infraestrutura ferroviária na região. Em Pernambuco, porém, a decisão não representa uma solução para o trecho Salgueiro–Suape da Transnordestina, cuja retomada permanece condicionada à conclusão de estudos técnicos e a novas decisões dos órgãos responsáveis.

O cenário também coloca em perspectiva a atuação do advogado e escritor Antônio Campos, que vem cobrando providências do governo federal e recorre à Justiça para tentar destravar o empreendimento. Apesar da renovação de pedidos de urgência e de críticas públicas à condução do projeto, a mobilização ainda não resultou em uma definição concreta sobre o início das obras no trecho pernambucano.

Segundo reportagem do Estadão Conteúdo publicada pelo UOL em 21 de outubro, o TCU autorizou um acordo entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério dos Transportes e a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL). O entendimento prevê indenização de R$ 1,785 bilhão à União pela devolução dos trechos ferroviários inoperantes.

A autorização, contudo, não significa pagamento imediato nem garante a prorrogação da concessão. A eficácia do acordo depende de uma futura extensão contratual, prevista para 2028. A decisão também não deve ser confundida com uma autorização para retomar o trecho Salgueiro–Suape, cuja estruturação está sob responsabilidade da Infra S.A.

## A COBRANÇA DE ANTÔNIO CAMPOS E OS RESULTADOS PENDENTES

Em 16 de outubro, cinco dias antes da autorização do acordo, Antônio Campos renovou, na 2ª Vara Federal de Pernambuco, o pedido de tutela de urgência em uma ação popular protocolada em 2023. O processo questiona, entre outros pontos, o aditivo contratual que retirou o trecho Salgueiro–Suape da concessão original da ferrovia.

A ação tem valor de causa fixado em R$ 3.256.726.669,68, aproximadamente R$ 3,25 bilhões. O montante foi estabelecido de ofício pelo juízo e está relacionado ao ato administrativo contestado. Não representa, por si só, uma indenização já reconhecida judicialmente nem um valor que Campos tenha obtido para Pernambuco.

O advogado pede a suspensão dos efeitos do ato questionado e providências para viabilizar a continuidade do empreendimento. Também solicitou informações ao governo federal, à Infra S.A. e aos órgãos envolvidos, além de ter apresentado representação ao Ministério Público de Contas para acompanhar o assunto perante o TCU.

"O Governo Lula tem uma dívida histórica com Pernambuco: entregar o trecho Salgueiro–Suape da Transnordestina, prometido a Arraes desde o governo Lula 1. Enquanto o Ceará avança com obras, investimentos e maior competitividade logística, Pernambuco continua condenado à espera", afirmou Campos.

A cobrança tem como pano de fundo uma desigualdade de andamento entre os projetos ferroviários no Nordeste. Enquanto o ramal direcionado ao Porto do Pecém, no Ceará, avança, o segmento pernambucano continua enfrentando entraves administrativos, exigências técnicas e incertezas sobre o financiamento.

A questão, entretanto, é saber quando a pressão judicial e política será convertida em decisões capazes de produzir resultados concretos. A renovação de uma tutela de urgência mantém a discussão em curso, mas não equivale à autorização para executar as obras.

## ESTUDO TÉCNICO MANTÉM PROJETO NA DEPENDÊNCIA DE NOVAS DECISÕES

Em 22 de outubro, a CNN Brasil informou que a Infra S.A. prevê concluir até o fim de 2026 o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do trecho Salgueiro–Suape. O levantamento atende a exigências do TCU para subsidiar a análise sobre novos compromissos financeiros com o empreendimento.

A expectativa de conclusão do estudo mostra que o projeto ainda depende de etapas preparatórias. Mesmo depois da entrega do documento, será necessário avançar nas decisões administrativas e na definição das condições para a execução física da ferrovia. A Sudene já havia encaminhado ao TCU, em julho, um estudo com indicadores favoráveis à implantação do trecho. A análise estimou valor social presente líquido de R$ 4,76 bilhões e taxa de retorno econômico de 15,53%, considerando benefícios como redução de custos logísticos, acidentes rodoviários e emissões de gases de efeito estufa.

Esses indicadores reforçam a relevância econômica e social defendida pelos apoiadores do projeto, mas não substituem as decisões necessárias para viabilizar os investimentos públicos. A existência de estudos favoráveis, portanto, não significa que os recursos estejam assegurados ou que haja um cronograma definitivo de obras.

## PRESSÃO POLÍTICA PRECISA IR ALÉM DAS DECLARAÇÕES

Antônio Campos, advogado, escritor e uma das vozes da oposição política em Olinda por meio do movimento #ResisteOlinda, tem utilizado ações judiciais e manifestações públicas para cobrar providências de diferentes esferas do poder público. No caso da Transnordestina, sua estratégia combina atuação judicial, representação perante órgãos de controle e críticas à condução federal do projeto.

A iniciativa coloca um tema relevante na agenda pública, mas também expõe uma limitação: a pressão de um agente político ou a existência de uma ação popular não são suficientes, isoladamente, para destravar uma obra de grande porte. O resultado depende de decisões administrativas, estudos atualizados, definição de responsabilidades e disponibilidade de recursos.

Campos sustenta que a paralisação representa prejuízos para Pernambuco e que a fiscalização dos investimentos não deve servir de justificativa para uma espera indefinida. "Pernambuco não pede privilégios. Exige respeito aos compromissos assumidos, tratamento justo nos investimentos federais e condições para competir. A Transnordestina precisa chegar a Suape. O Estado já esperou demais", declarou.

A cobrança, porém, precisa ser acompanhada de respostas objetivas: qual será o cronograma para a conclusão dos estudos, quais recursos poderão financiar o trecho, quais decisões ainda dependem do TCU e em que condições a execução poderá começar?

Também cabe ao governo de Pernambuco demonstrar quais providências institucionais e políticas tem adotado para defender o projeto. A responsabilidade não se limita à União, embora o governo federal e os órgãos responsáveis pela estruturação do empreendimento tenham papel decisivo.

Por enquanto, o acordo sobre a Malha Nordeste não resolve o impasse pernambucano. A ação popular de Antônio Campos segue como uma frente de pressão, enquanto a conclusão do estudo de viabilidade é aguardada. O principal indicador de avanço não será o número de manifestações, pedidos judiciais ou anúncios, mas a existência de decisões efetivas, recursos definidos e um calendário verificável para a chegada dos trilhos a Suape.